

DISPOSITIVO E TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE DOS *QUADRINHOS DOS ANOS 10* DE ANDRÉ DAHMER

DISPOSITIVE AND TECHNOLOGY: AN ANALYSIS OF QUADRINHOS DOS ANOS 10 BY ANDRE DAHMER

Viviane Lis Mariano Mendes¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar, pela perspectiva da Análise do Discurso Foucaultiana, algumas tiras da obra *Quadrinhos dos Anos 10* (2016), do quadrinista André Dahmer. Escolhemos analisar como os objetos tecnológicos, em especial os aparelhos celulares, figuram na obra e quais as relações que os sujeitos estabelecem com eles. Para tanto, utilizamos as noções de discurso e dispositivo de Michel Foucault e a análise da subjetividade neoliberal de Pierre Dardot e Christian Laval.

Palavras-chave: dispositivo; neoliberalismo; Dahmer.

ABSTRACT: This study analyzes, from the theoretical point of view of Foucaultian Discourse Analysis, some comics from *Quadrinhos dos Anos 10* (2016), written by the comics writer André Dahmer. Technological objects, especially mobile phones, were chosen to be our focus as for how they figure in the comics and what relationships the subjects establish with them. Michel Foucault's concepts of discourse and dispositive and the Dardot and Laval's analysis of neoliberal subjectivity are brought up to understand those relationships.

Keywords: dispositive; neoliberalism; Dahmer.

1. INTRODUÇÃO

Em “A Fábrica do Sujeito Neoliberal”, nono capítulo da obra *A Nova Razão do Mundo*, o filósofo francês Pierre Dardot e o sociólogo de mesma nacionalidade Christian

¹ Mestranda, UFG.

Laval se dedicam a analisar como o novo ordenamento econômico mundial, advindo do neoliberalismo, acarretou mudanças sociais que geraram também um novo tipo de sujeito, denominado pelos autores, em sua análise, de *sujeito neoliberal*. Esse novo sujeito está inscrito na lógica empresarial neoliberal e leva as relações humanas a uma reprodução das relações produtivas, fazendo com que os sujeitos implementem em suas vidas pessoais a mesma lógica do mercado, das fábricas e das empresas, conforme se verifica no excerto a seguir:

Diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou, simplesmente, neossujeito. Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis — metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Conforme a tese defendida pelos autores, os modos de produção e de consumo influenciaram no modo como se dão os processos de constituição das subjetividades. Dessa forma, uma das agências do neoliberalismo foi operar a reorganização psíquica dos sujeitos. Nesse contexto, o trabalho já não tem seu sentido ontológico, ou seja, o trabalho não produz a existência do homem, mas ganha um sentido instrumental, servindo apenas para a produção de mercadoria. Essa alienação do trabalho produz sujeitos cujos desejos são os do mercado:

As novas técnicas da “empresa pessoal” chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo. Nesse sentido, a gestão moderna é um governo “lacaniano”: o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Esse novo ordenamento psíquico dos sujeitos altera também as relações de consumo e as coloca cada vez mais ditadas pelas regras do mercado e do marketing. Os sujeitos passam a ter desejos que não dizem respeito ao que eles de fato necessitam, mas, certamente, ao que o mercado deseja que estes desejem. O desejo de si passa a ser o desejo do outro, sendo este outro o mercado. Essa é uma relação de poder, e de dominação:

A subjetivação neoliberal institui cada vez mais explicitamente uma relação de gozo obrigatório com todo outro indivíduo, uma relação que poderíamos chamar também de relação de objetualização. Nesse caso, não se trata simplesmente de transformar o outro em coisa — segundo um mecanismo de “reificação” ou “coisificação”, para retomarmos um tema recorrente da Escola de Frankfurt —, mas de não poder mais conceder ao outro, nem a si mesmo enquanto outro, nada além de seu valor de gozo, isto é sua capacidade de “render” um *plus*. Assim definida, a objetualização apresenta-se sob um triplo registro: os sujeitos, por intermédio das técnicas gerenciais, provam seu ser enquanto “recurso humano” consumido pelas empresas para a produção de lucro; submetidos à norma do desempenho, tomam uns aos outros, na diversidade de suas relações, por objetos que devem ser possuídos, moldados e transformados para melhor alcançar sua própria satisfação; alvo das técnicas de marketing, os sujeitos buscam no consumo das mercadorias um gozo último que se afasta enquanto eles se esfalfam para alcançá-lo.(DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321).

É nesse mesmo contexto da subjetividade neoliberal e dos desejos do mercado que estão inscritos os indivíduos expostos na obra do quadrinista André Dahmer, em especial em seu livro *Quadrinhos dos Anos 10*, lançado em 2016, e que ficou em 3º lugar na categoria quadrinhos do Prêmio Jabuti de 2017. Ao longo das 320 páginas de *Quadrinhos dos Anos 10*, dedicadas cada uma a uma tirinha, Dahmer busca sintetizar um pouco da vida moderna, da primeira década do século em que vivemos. O autor tenta destrinchar as complexidades contemporâneas surgidas das novas tecnologias, redes sociais, internet e aparelhos eletrônicos, bem como as novas formas de relações derivadas desses novos elementos, cada vez mais presentes na sociedade moderna.

Neste trabalho, escolhemos analisar a relação dessas subjetividades presentes na obra de Dahmer (2016) com os objetos, mais especificamente com a figuração dos

aparelhos celulares e como eles se tornam um dispositivo ao deixarem de pertencer somente a um campo objetivo e passivo, para se tornarem catalisadores de uma rede de elementos heterogêneos, que tem como um de seus efeitos as próprias subjetividades, produzidas a partir dessas conexões do dispositivo, transformando-se em novos agentes, por sua vez, de ampliação da proliferação das relações de poder e saber instituídas pelo dispositivo.

Buscamos entender, com o auxílio do método foucaultiano de análise, como esse novo sujeito supramencionado interage com esses objetos, ou ainda, verificar a recíproca dessa relação: como esses objetos interagem com esses sujeitos e se os próprios objetos não passam a ter eles mesmos uma certa agência, subtraindo também a localidade agencial costumeiramente atribuída à posição sujeito. Para tratar das relações entre dispositivo, subjetividade e a obra de Dahmer, faremos um breve resumo das noções de dispositivo em Foucault— noções essas que são de decisiva importância para nossos argumentos.

2. A NOÇÃO DE DISPOSITIVO

“O jogo de Michel Foucault” é o título de uma entrevista concedida por Foucault a um grupo de psicanalistas e que foi publicada em 1977 no boletim periódico do campo freudiano francês (FOUCAULT, 2014b). Nela, dentre outros assuntos, Foucault é instado a esclarecer sua concepção de dispositivo. A resposta é tripartida e contém termos importantes para a nossa discussão:

i) Um dispositivo é uma reunião (*ensemble*) de elementos heterogêneos, que compreendem discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, leis, decisões regulatórias, declarações científicas, proposições filosóficas, morais, filantrópicas etc. Um dispositivo reúne, portanto, elementos discursivos e não discursivos; forma uma rede (*réseau*) entre esses elementos e compõe, com eles, um todo heterogêneo;

ii) Foucault afirma pretender analisar a natureza do liame que o dispositivo estabelece entre esses elementos heterogêneos. Tratar dessa questão é importante, pois permite notar os múltiplos jogos que dispositivos variados interpõem entre seus elementos, que podem, por sua vez, participar de diferentes dispositivos: “[s]endo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição, ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática.” (FOUCAULT, 2010, p. 244).

iii) Dispositivo é uma espécie de formação (*formation*) que responde a uma urgência em um dado momento histórico. Nesse sentido, um dispositivo tem um processo de gênese que responde a um “imperativo estratégico”, que funciona como sua matriz (FOUCAULT, 2010, p. 244).

Desse modo, um dispositivo se define como uma rede (*réseau*) de elementos heterogêneos, cuja gênese se dá a partir de uma urgência, um imperativo, de um dado momento histórico. “Rede” e “Gênese” são, portanto, dois termos medulares na concepção de dispositivo apresentada por Foucault nessa entrevista. O que essas duas expressões podem apontar para o entendimento da noção de dispositivo?

Por um lado, o fato de um dispositivo colocar em rede elementos heterogêneos implica a possibilidade de que esses elementos não constituam, necessariamente, relações entre si. Desse modo, uma rede é sempre a instituição de relações *não necessárias*, do ponto de vista da constituição dos objetos. Ou seja, a existência de uma rede, seu estatuto ontológico, é uma contingência: nada se inscreve no âmago de seus elementos constituintes para que a definam, de modo necessário, de tal ou tal maneira. Na mesma entrevista, Foucault afirma que um dispositivo se constitui e perdura na medida em que é a ligação de dois processos: o processo de sobredeterminação funcional e o processo de preenchimento estratégico perpétuo. O primeiro diz respeito às relações internas de um dispositivo: o modo como seus elementos entram em contato e, em movimentos de ressonância e contradição, replicam-se, ajustam-se, emergem ou

se invisibilizam. O segundo trata da reutilização (*réutilisation*) que o dispositivo promove dos elementos que surgem das novas condições de emergência que ele institui. Foucault cita como exemplo o ambiente delinquente que as prisões criaram como efeito cego, não previsto. Um espaço de filtragem, concentração e profissionalização de práticas ilegais bastante diferente do que havia no século XVIII. Todo o sistema prisional e penal, então, rearranja-se estrategicamente para preencher esse espaço, otimizá-lo e compô-lo para a perpetuação do dispositivo.

Por outro lado, a responsividade que também caracteriza o dispositivo é uma condição *necessária* para sua existência. Como vimos anteriormente, no exemplo das prisões, mesmo os elementos ou espaços emergentes a partir das relações instituídas pelos dispositivos *têm* de receber uma réplica, precisam sofrer um processo de adaptação, conformação, invisibilização, para se religarem ao plano estratégico do dispositivo. Esse aspecto é de grande importância porque, a partir dele, podemos afirmar que não são determinadas relações que necessariamente constituem um dispositivo, mas *a atividade mesma de interpor relações*. Um dispositivo não é a *relação*; é a *atividade* de fazer relacionar. Nesse sentido, se as relações que um dispositivo instaura não são necessárias, mas a própria atividade de colocar em relação é que é necessária, então qualquer relação *pode* dar acesso a um novo dispositivo (FOUCAULT, 2010). Isso nos leva, para tratarmos do dispositivo, a desviar o foco das relações que ele estabelece, para tratar dos elementos que o constituem. Por que um dispositivo operou com um elemento e não outro? Por que, no dispositivo da sexualidade, a genitália recebeu tanta atenção e não outra instância corporal?² O foco nos elementos não oblitera as relações. Ao contrário, permite entrever as fissuras dos dispositivos: os ligames, as junções, os nós, as marcas de costura, que sulcam as relações. As relações são as conexões entre os elementos, mas onde essas conexões se instalam? Nos próprios

² Ver os comentários de Foucault, no primeiro volume da *História da Sexualidade*, sobre a reabsorção dos "prazeres sem fruto" à sexualidade centrada na genitalidade (FOUCAULT, 2014a, p. 40). Ver também: Rabinaw e Dreyfus (1995, p. 186).

elementos, dobrando-os, desarticulando, desfiando; mas também reconstruindo-os, religando, redesenhando.

Uma outra especificidade se adiciona a nossa problemática: vivemos — nós ocidentais do século XXI — em uma sociedade marcada pelas redes. A maioria de nós sempre está envolvida com alguma espécie de conexão, online ou offline, de maneira que, atualmente, as relações não são mais construídas apenas por redes de escalas espaciais e temporais históricas ou multi-elementais. Qualquer indivíduo que possua um único aparelho celular *smartphone* e acesso à internet consegue constituir mais relações que qualquer dispositivo instituído no mundo analógico. O saber sobre a sexualidade, surgido da proliferação dos discursos através das técnicas de confissão, é, hoje, infinitamente maior e complexo, dada a pulverização e a difusão dos instrumentos de captura e cooptação das práticas e dos dizeres. Pelo avanço tecnológico, medições de comportamento ficaram mais refinadas e micrológicas: composição química das emoções, circulação padronizada na cidade, nos espaços públicos e privados; hábitos pessoais mínimos: tempo de permanência, de alimentação, de trabalho; relações interpessoais: possíveis amigos, conhecidos; possíveis interesses, necessidades. A massa de dados é enorme, com cada indivíduo, ou usuário, produzindo voluntariamente uma quantidade inimaginável de informações sobre si mesmo e seus próximos, e divulgando-os aberta e gratuitamente *on* e *offline*. Tudo isso derivado, principalmente, da posse de um único objeto.

Essas novas formas de captura são acompanhadas também de novas formas de subjetivação. Como afirma Gilles Deleuze (2016, p. 365-366), “pertencemos a tais dispositivos e agimos neles”, de maneira que “[e]m todo dispositivo, é preciso distinguir o que somos (o que já nem somos mais) e o que estamos em vias de devir”. A subjetividade é um dos resíduos produzidos pela ação dos dispositivos. Os processos de subjetivação ou assujeitamento ocorrem justamente durante a atividade criativa e inovadora dos dispositivos que marcam “sua capacidade de transformar-se, ou de

fissurar-se já em proveito de um dispositivo do porvir.” (DELEUZE, 2016, p. 365). Os movimentos de sobredeterminação funcional e preenchimento estratégico sedimentam a dispersão dos enunciados, criando a rede capaz de produzir os regimes de verdade, as técnicas de si, o uso dos espaços e dos corpos, curvas de tensão entre saberes, bifurcações e oposições. Sendo assim, um dispositivo nunca é uma totalização unitária do campo de forças, mas uma malha momentaneamente conflitiva e incoerente, coordenada e coesa, fissurada e lisa. Esse desequilíbrio constante do dispositivo é o que permite a emergência de variadas formas de subjetividade e de resistência nas relações de poder.

Tomando esses dois últimos aspectos — o enredamento característico das sociedades ocidentais contemporâneas e a produção de subjetividade oriunda dessas conexões — é possível afirmar que um dispositivo *pode* seconstituir, por exemplo, em escalas muito menores do que os dispositivos que foram analisados por Michel Foucault. É nesse sentido que pretendemos analisar a figuração dos objetos nas tiras de Dahmer: eles parecem introduzir e conformar, frequentemente, novas formas de ser-no-mundo, outras formas de subjetividade, estreitamente atreladas e encadeadas a redes mais amplas, que transpassam instituições governamentais, conglomerados empresariais, campos de administração política, comunicação pública e privada, mercados produtivos e assim por diante. E que também atravessam corpos, formas de visibilidade dos indivíduos, micro organizações, locais de resistência, relações familiares etc.

3. ANÁLISE

Nas tiras aqui estudadas, as imagens são tão importantes quanto o texto em si. Por meio de três a quatro quadros, às vezes até menos, elas são capazes de produzir críticas e crônicas das complexidades da vida contemporânea. Frequentemente, lançam

mão do humor por meio da quebra de expectativa, subentendidos e intertextos para lhes agregar sentido.

Podemos observar como Dahmer têm retratado os aparelhos celulares. Em suas tiras, os aparelhos não exercem apenas suas funções precípuas, ou seja, suas funcionalidades objetais destinadas a realizar ligações, acessar à internet, produzir e trocar mensagens e interagir com aplicativos. Os aparelhos passam a afetar o sujeito e o modo mesmo como este produz a si mesmo. Dessa forma, os objetos tornam-se uma instância de subjetivação: não mais um mero ser-aí passivo, que suporta as ações arbitrárias e livres de um sujeito. Essa divisão, sujeito e objeto, é oriunda de uma determinada grade filosófica que compreende o sujeito como algo *anterior* ao campo de relações que chamamos de mundo. Para o idealismo alemão, de Kant a Hegel, mas também, guardadas as devidas diferenças, para as chamadas filosofias da consciência, de Husserl a Sartre, o sujeito é algo prévio às relações que, porventura, possa estabelecer. Como se sabe, as filosofias advindas do estruturalismo e da crítica da metafísica feita por Nietzsche se opuseram veementemente à naturalização e anterioridade da noção de consciência e de sujeito (HABERMAS, 2000). Foucault é herdeiro dessas últimas correntes, posicionando o sujeito como o substrato de um processo que opera em escalas de poder e saber, à revelia dos indivíduos.

Nesse sentido, ao modificarmos nossa compreensão para nos adaptarmos às novas formas de “objetalização”, seguindo a expressão de Dardot e Laval (2016, p. 321), podemos perceber como o caráter objetual dos aparelhos celulares atuais não implica em tomá-los como simples matéria inerte à espera de um sentido mobilizado pelo indivíduo. Ao contrário, eles, os celulares, operam formas de subjetivação que até pouco tempo eram inimagináveis pelo pensamento tradicional da tecnologia: a tecnologia apenas como organização progressiva da instrumentália passiva através da qual os humanos modificavam seu ambiente. É por isso que é possível arriscar uma nova interpretação e qualificar tais objetos como uma forma de materialização

contemporânea dos dispositivos, na medida em que eles se tornam aparato de uma rede de relações, provocando mutações e criações de subjetividade. Os aparelhos de celular alteram a relação sujeito-objeto e modificam o sujeito, transformando não somente o sentido dos termos sujeito e objeto, mas principalmente alterando as relações possíveis entre eles.



FIGURA 1 — (DAHMER, 2016, p. 141).

Na tirinha, o celular é personificado como se fosse um filho que requer cuidados e atenção. As relações que tradicionalmente eram tomadas como tipicamente humanas, agora são reinseridas em instâncias diferenciais da tecnologia, uma vez que o celular não configura, como dissemos anteriormente, meramente um objeto inerte e passivo. Ao tratar do celular como um humano, o personagem da tira talvez reconheça, de fato, a radicalidade das transformações por que passou a tecnologia, deixando de ser um meio de acesso a um determinado fim, conteúdo ou sentido, para ser o próprio sentido, fim e conteúdo. Não se trata mais de lidar com funcionalidades discretas, com instrumentos passivos, com técnicas de fazer acontecer e produzir, mas de produzir *a partir* das condicionalidades disponibilizadas pela quantidade, qualidade e intensidade das relações que tal objeto é capaz de fazer. Isso altera tudo: não mais o sujeito cujas estruturas transcendentais condicionam o que é possível e impossível de conhecer,

como na filosofia de Kant e de seus pósteros; mas o próprio objeto, cujas funcionalidades constroem o que é possível dizer e fazer.

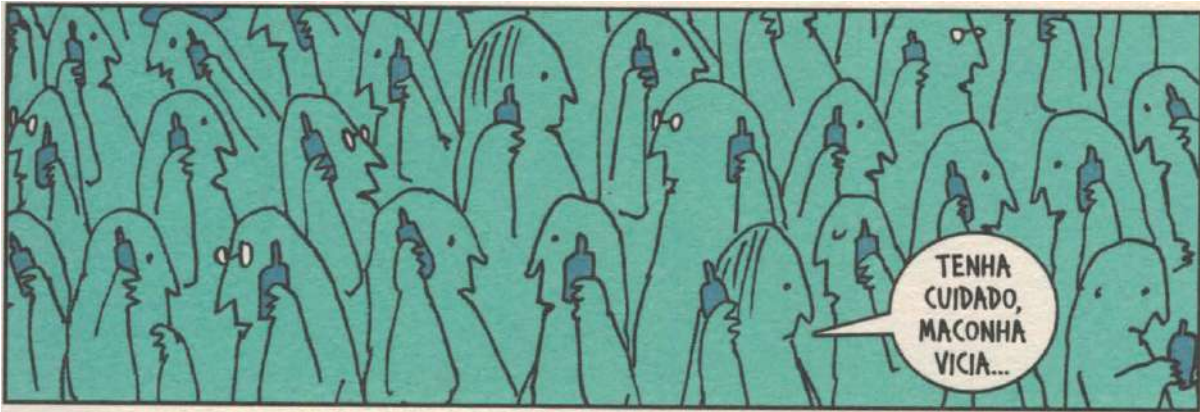


FIGURA 2 — (DAHMER, 2016, p. 64).

É justamente essa constrição do dizer e fazer que aparece na segunda tirinha. Nela, em um único quadro e quatro palavras, o autor consegue fazer uma significativa crítica social, quando sugere a contradição de uma pessoa imersa no uso generalizado e naturalizado do celular alertando outra, por meio do próprio celular, acerca da existência de vício associado à maconha. Tal contradição destaca a ausência de autopercepção característica da compreensão contemporânea de vício como atrelado principalmente a substâncias farmacológicas, negligenciando que o vício é um modo de relação que pode ser estabelecido com quaisquer atividades, objetos ou práticas. Legalmente, o vício é tido como um fator de incapacidade da pessoa, sendo, por vezes, atenuador em casos de infração ou crime, ou mesmo indicador de necessidade de tutela jurídica. Nesse sentido, o vício é uma forma de debilitação do sujeito, no sentido de que restringe ou inviabiliza o exercício saudável das faculdades racionais que lhe foram atribuídas pelas noções de subjetividade e personalidade advindas do Iluminismo e do kantismo. Se na primeira tirinha há uma subjetivação do objeto, na segunda o personagem enunciador oblitera as formas de cerceamento injungidas pela

endemicidade da tecnologia, e, sobretudo, naturaliza a condição de constante conectividade de sua sociedade. Além disso, a evidência da normalidade, daquilo que passa despercebido como o resultado de construções, atravessamentos e recalcamientos do contato entre elementos discursivos e não discursivos, torna-se o centro do enunciado: o que é considerado relação viciosa ou relação saudável em uma sociedade dependente e definida pela impossibilidade efetiva de uma vida analógica? O que torna a relação de abuso de consumo de um fármaco mais perniciosa do que o consumo abusivo de dados? Essa distinção depende de uma quantidade dilatada de ditos e não ditos para sustentá-la, para torná-la o verdadeiro, o óbvio. Contudo, a partir de uma pergunta tipicamente foucaultiana, é possível apontar para o início de uma desconstrução arqueogenealógica que nos provoca a remontar aos processos de construção do vício como uma forma de debilidade subjetiva e, mais amplamente, como foi realizada a restrição de seu sentido para o campo dos químicos e das substâncias.



FIGURA 3 — (DAHMER, 2016, p. 248).

Aqui, o aparelho celular aparece no lugar do fruto proibido, em referência alegórica ao mito bíblico do pecado original, que conformaria o destino da humanidade e justificaria seus sofrimentos e injustiças. Nessa analogia, o celular seria um marco e mote da passagem de uma vida plena e de harmonia para uma posterior, de pecado e desarranjo, assim como o fruto proibido o é na tradição cristã. Dessa maneira, o celular

aparece — talvez até como metonímia da tecnologia — como o elemento de desvio do percurso estável e plácido da humanidade. Contudo, note-se: essa forma de representação do aparelho e da tecnologia dá alcances não somente históricos à sua ação, mas, sobretudo, ontológicos. Isso no sentido de que o significado do fruto na tradição cristã se dá pela mudança ocorrida no estatuto do humano quando o casal primitivo o comeu. A ingestão do fruto provocou uma alteração na forma mesma de existência do humano, de modo a ser possível segmentar tanto a história quanto a forma de existência humana em duas eras: uma anterior e outra posterior ao pecado de comer o fruto proibido. Um dos sentidos do celular na boca da serpente, no quarto quadro, é, então, a possibilidade de se segmentar a narrativa da história humana e a qualificação de suas atribuições tradicionais em um antes e um depois do advento dos *smartphones*. O que torna esse objeto, mais uma vez, não apenas suporte de práticas, mas instituidor de ações, configurador de agências, produtor de subjetividades. É importante notar, no entanto, que o celular não é considerado como uma origem única e fundamental da subjetividade moderna neoliberal. Ela é apenas o catalisador de um processo que, devido a uma série de outros processos, tensões, jogos, relações de poder etc., pode emergir como possível em um determinado momento histórico. O celular não é, portanto, a fonte definitiva dos impasses da sociedade neoliberal, mas é uma importante instância de alteração, de desvio, delírio, bifurcação, das práticas conformadas sob o signo da tecnologia.



FIGURA 4 — (DAHMER, 2016, p. 160).

Por fim, na última tirinha por nós selecionada para tratar das relações entre subjetividade, neoliberalismo, sob o fio condutor da noção de dispositivo, temos um diálogo entre pai e filho, em que há, de modo mais incisivo e veemente, uma das múltiplas formas de compreensão do humano produzida contemporaneamente: a transformação do humano em um dado informacional. Essa nova compreensão é cada vez mais relevante devido à crescente massa de informações que os indivíduos contemporâneos produzem não apenas nas redes sociais, mas em quaisquer relações que tenham com o mundo online. Em uma transação bancária, ou na simples visualização ou pesquisa de um determinado produto de consumo, no tempo de permanência em um estabelecimento, uma quantidade cada vez mais ampla de informações é capturada pelos aparelhos celulares e disposta a um sem-número de empresas e multiplicadores que as maximizam e monetarizam. O próprio humano passa, assim, a ser equalizado com as demais formas de informação, passando a ser um dado entre outros no mercado do *big data*.

Um caso notório foi o escândalo envolvendo a eleição do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e a campanha pela saída do Reino Unido da União

Europeia, o Brexit, em que uma empresa chamada Cambridge Analytica utilizou de dados e perfis do Facebook para manipular o sufrágio (KAISER, 2019; EMPOLI, 2019). Usuários que não tinham um perfil político definido passaram a ter suas *timelines* saturadas por vídeos de campanha a favor do candidato e da opção pela saída da União Europeia. O resultado foi a eleição de Trump à presidência e a saída do Reino Unido da Confederação Europeia. Esse caso é emblemático sobre como a tecnologia ajudou decisivamente a produzir novas subjetividades e relações em um campo em que, até então, acreditava-se que o mais importante eram as relações estabelecidas por noções como liberdade de expressão, voto livre, livre participação, democracia etc.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações que os modos de produção e de consumo sofreram ao longo da história humana provocam, em consequência, mudanças também no modo em que a subjetividade humana se dá: o advento do neoliberalismo, nas últimas décadas, provocou uma reorganização psíquica dos sujeitos, o que os franceses Laval, sociólogo e Dardot, filósofo, em sua obra *A Fábrica do sujeito neoliberal* denominaram de Sujeito Neoliberal. Essa nova forma subjetiva surgiu a partir do dispositivo da eficácia e da eficiência na utilização dos recursos (inclusive recursos *humanos*), da lógica empresarial, do modelo de autogestão empresarial, e de toda uma série de condições de emergência que levaram à existência desses sujeitos, e não de outros em seu lugar. Essa mudança tem reverberações também nas relações de poder, nos discursos e na economia. Esse novo homem nos leva a remontar a quais processos discursivos e não discursivos o constituíram e quais as transformações e modificações ainda estão ocorrendo ao redor deste.

As histórias em quadrinhos se mostram como um gênero que permite visualizar o campo de tensões, lutas, readaptações, retornos, dispersões que atravessam as

subjetividades emergentes das relações modernas de produção de existência. Por meio de poucas tiras e palavras, Dahmer (2016) consegue tratar temas fortes, polêmicos, angustiantes, com a simplicidade complexa que os desenhos e a arte permitem congregar.

REFERÊNCIAS

DAHMER, André. *Quadrinhos dos Anos 10*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. "A fábrica do sujeito neoliberal". In DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão Do Mundo: Ensaio Sobre A Sociedade Neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 321-376.

DELEUZE, Gilles. "O que é um dispositivo?" In DELEUZE, G. *Dois Regimes de Loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. Trad. Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 359-369.

EMPOLI, Giuliano da. *Os Engenheiros do Caos*. Trad. Arnaldo Bloch. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. e org. Roberto Machado. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2010.

_____. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014a.

_____. "O Jogo de Michel Foucault". In FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, Subjetividade e Sexualidade*. Organização de Manoel Barros da Mota. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. p. 44-77.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAISER, Brittany. *Manipulados: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque*. Trad. Roberta Karr e Bruno Fiuza. São Paulo: Harper Collins, 2019.

RABINAW, Paul.; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Recebido em: 22/09/2020

Aceito em: 29/03/2021